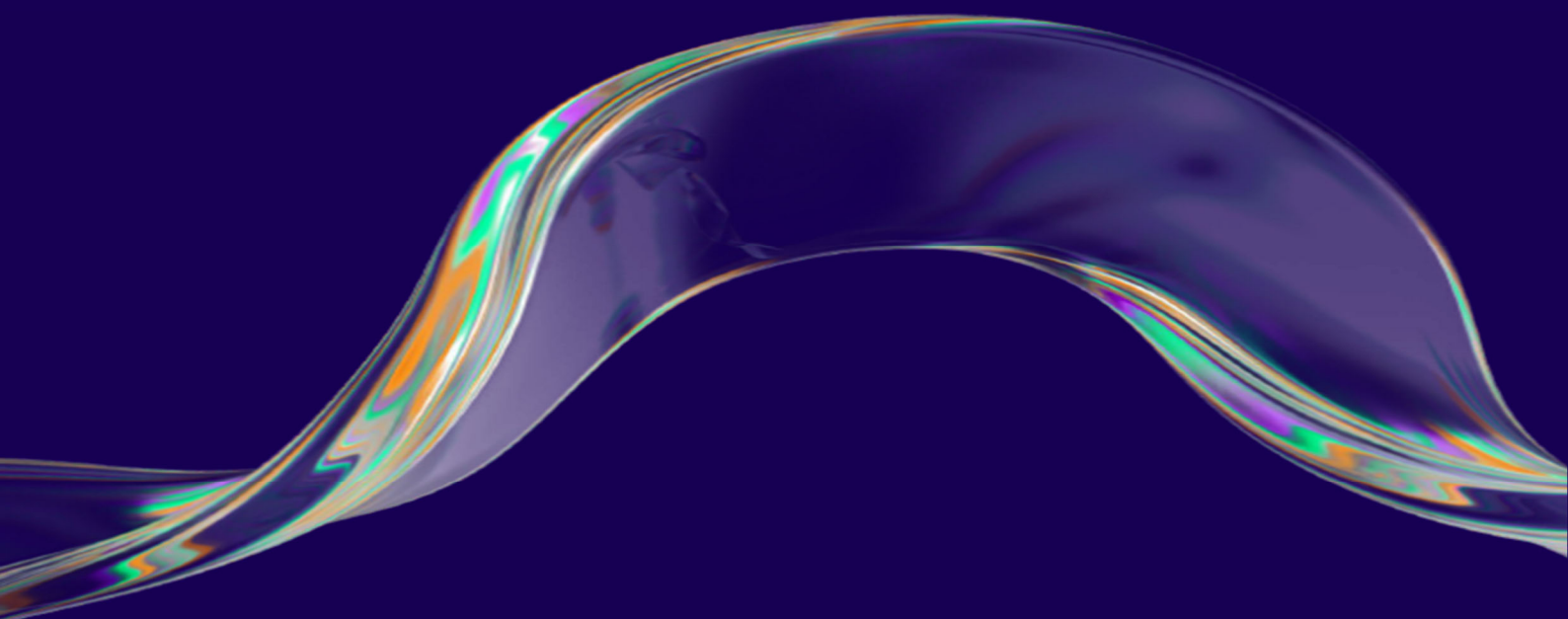


# **Ventos de São Tomé Holding S.A.**



**Demonstrações financeiras  
consolidadas e individuais em 31 de  
dezembro de 2025 e relatório dos  
auditores independentes**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Ventos de São Tomé Holding S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Tomé Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

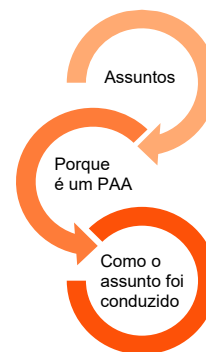
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente de contrato de leilão de energia - LER (Notas 5 e 16)</b></p> <p>Conforme descrito nas Notas 5 e 16 a receita das controladas da Companhia decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de Reserva ("LER"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.</p> <p>O processo de receita inclui a determinação dos volumes de energia entregue versus a energia contratada e a mensuração da provisão de ressarcimento da energia não entregue</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER;</p> <p>Teste da reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE;</p>

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de provisão de ressarcimento.</p>	<p>Recálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato;</p> <p>Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossa auditoria.</p>

### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2025, sem ressalvas.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

Ventos de São Tomé Holding S.A.

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de



Ventos de São Tomé Holding S.A.

negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1

## Índice

Demonstrações do resultado .....	3
Demonstrações do resultado abrangente .....	4
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	5
Balço patrimonial .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	10
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5	Receita.....	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido .....	14
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	14
9	Aplicações financeiras .....	14
10	Fundo de liquidez – conta reserva .....	15
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	15
12	Contas a receber de clientes .....	16
13	Investimentos.....	16
14	Imobilizado .....	18
15	Financiamentos e debêntures.....	20
16	Provisões de ressarcimento .....	21
17	Provisão para litígios .....	23
18	Obrigações com desmobilização de ativos.....	24
19	Partes relacionadas .....	25
20	Imposto de renda e contribuição social .....	26
21	Patrimônio líquido.....	27
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	27

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	116.279	126.660	-	-
Custo com energia elétrica	6	(9.012)	(8.844)	-	-
Custo com operação	6	(76.106)	(60.066)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>31.161</b>	<b>57.750</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas	6	(1.072)	(1.512)	(275)	(504)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	39	(2.767)	-	(143)
		<b>(1.033)</b>	<b>(4.279)</b>	<b>(275)</b>	<b>(647)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>30.128</b>	<b>53.471</b>	<b>(275)</b>	<b>(647)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	13	-	-	23.464	47.056
		-	-	23.464	47.056
<b>Resultado financeiro líquido</b>	7				
Receitas financeiras		18.502	19.390	14.211	12.122
Despesas financeiras		(61.389)	(60.299)	(55.931)	(52.344)
		<b>(42.887)</b>	<b>(40.909)</b>	<b>(41.720)</b>	<b>(40.222)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(12.759)</b>	<b>12.562</b>	<b>(18.531)</b>	<b>6.187</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	20	(5.772)	(7.128)	-	-
Diferidos	20	-	753	-	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(18.531)</b>	<b>6.187</b>	<b>(18.531)</b>	<b>6.187</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de São Tomé Holding S.A.  
Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(18.531)	6.187	(18.531)	6.187
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(18.531)</b>	<b>6.187</b>	<b>(18.531)</b>	<b>6.187</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(12.759)</b>	<b>12.562</b>	<b>(18.531)</b>	<b>6.187</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13 (b)	-	-	(23.464)	(47.056)
Juros e variações monetárias		46.423	49.531	46.423	49.531
Depreciação e amortização	6	37.430	32.760	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	2.275	905	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	60.957	42.828	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	3.182	3.289	-	-
Apropriação de custos de captações	7	3.421	3.343	3.421	3.343
Rendimentos sobre fundo de reserva		(12.487)	(11.904)	(12.487)	(11.904)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	1.552	1.410	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	2.144	-	-
		<u>129.994</u>	<u>136.868</u>	<u>(4.638)</u>	<u>101</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>					
Estoques		(2.786)	(4.815)	-	-
Contas a receber de clientes		(769)	(3.145)	-	-
Tributos a recuperar		(1.469)	1.427	(3.020)	379
Partes relacionadas		-	-	42.085	65.295
Demais créditos e outros ativos		(992)	(7.398)	-	(2.772)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>					
Fornecedores		(4.483)	(1.805)	50	(45)
Tributos a recolher		(3.567)	(15.532)	26	(8)
Arrendamentos		-	(4.157)	-	-
Encargos setoriais		(63)	6	-	-
Pagamento de ressarcimento	16 (c)	(104)	(51.137)	-	-
Partes relacionadas		-	-	50.259	-
Demais obrigações e outros passivos		(288)	(2.266)	2	(2.821)
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>		<u>115.473</u>	<u>48.046</u>	<u>84.764</u>	<u>60.129</u>
Juros pagos sobre financiamentos	15 (c)	(39.346)	(42.681)	(39.346)	(42.681)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(2.144)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.435)	6.006	(8)	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>73.692</u>	<u>9.227</u>	<u>45.410</u>	<u>17.448</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(2.113)	-	2.180	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		(11.372)	31.062	(11.372)	31.062
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		(13)	10	-	10
Aumento de capital em controladas	13 (b)	-	-	(25.550)	(32.535)
Aquisição de imobilizado e intangível		(40.297)	(37.639)	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<u>(53.795)</u>	<u>(6.567)</u>	<u>(34.742)</u>	<u>(1.463)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Adição de custos com captação	15 (c)	-	(319)	-	(319)
Liquidação de financiamentos	15 (c)	(69137.)	(52.768)	(69.137)	(52.768)
Liquidação de arrendamentos		-	(28)	-	-
Aumento (redução) de capital	1.1.1 (a)	71.000	33.810	71.000	33.811
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<u>1.863</u>	<u>(19.305)</u>	<u>1.863</u>	<u>(19.276)</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>21.760</u>	<u>(16.645)</u>	<u>12.531</u>	<u>(3.291)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>35.532</u>	<u>52.177</u>	<u>5.783</u>	<u>9.074</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u>57.292</u>	<u>35.532</u>	<u>18.314</u>	<u>5.783</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Balanco Patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	57.292	35.532	18.314	5.783
Aplicações financeiras	9	6.631	-	2.338	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	42.700	-	42.700	-
Contas a receber de clientes	12	15.796	15.027	-	-
Estoques		11.369	8.583	-	-
Tributos a recuperar		3.902	877	3.314	550
Dividendos a receber		-	-	23.946	17.746
Outros ativos		6.005	5.705	-	-
		<u>143.695</u>	<u>65.724</u>	<u>90.612</u>	<u>24.079</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	86.891	105.732	86.891	105.732
Partes relacionadas	19	-	-	1.432	43.517
Cauções e depósitos judiciais		693	680	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	752	-	-
Tributos a recuperar		11.363	12.167	10.900	10.644
Outros ativos		1.070	378	-	-
		<u>100.017</u>	<u>119.709</u>	<u>99.223</u>	<u>159.893</u>
Investimentos	13	-	-	477.922	435.107
Imobilizado	14	558.311	554.308	-	-
Intangível		3.489	1.024	-	-
		<u>561.800</u>	<u>555.332</u>	<u>477.922</u>	<u>435.107</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>805.512</u></b>	<b><u>740.765</u></b>	<b><u>667.757</u></b>	<b><u>619.079</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	15	75.644	67.615	75.644	67.615
Fornecedores		13.304	14.331	54	4
Tributos a recolher		2.407	2.637	69	50
Encargos setoriais		-	63	-	-
Provisão de ressarcimento	16	90.317	77.226	-	-
Provisões para litígios	17(a)	3	-	-	-
Outros passivos		202	-	3	1
		<u>181.877</u>	<u>161.872</u>	<u>75.770</u>	<u>67.670</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	15	346.029	408.179	346.029	408.179
Partes relacionadas	19	-	-	50.259	-
Obrigações com desmobilização de ativos	18	16.758	12.786	-	-
Provisão de ressarcimento	16	65.094	14.150	-	-
Provisões para litígios	17(a)	55	-	-	-
Outros passivos		-	548	-	-
		<u>427.936</u>	<u>435.663</u>	<u>396.288</u>	<u>408.179</u>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>609.813</u></b>	<b><u>597.535</u></b>	<b><u>472.058</u></b>	<b><u>475.849</u></b>
Patrimônio líquido					
Capital social	21	478.047	407.047	478.047	407.047
Prejuízos acumulados		(282.348)	(263.817)	(282.348)	(263.817)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>195.699</u></b>	<b><u>143.230</u></b>	<b><u>195.699</u></b>	<b><u>143.230</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>805.512</u></b>	<b><u>740.765</u></b>	<b><u>667.757</u></b>	<b><u>619.079</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>373.237</b>	<b>(270.004)</b>	<b>103.233</b>
Lucro líquido do exercício		-	6.187	6.187
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>6.187</b>	<b>6.187</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>				
Aumento de capital		33.810	-	33.810
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>33.810</b>	<b>-</b>	<b>33.810</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>407.047</b>	<b>(263.817)</b>	<b>143.230</b>
Prejuízo do exercício		-	(18.531)	(18.531)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>(18.531)</b>	<b>(18.531)</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>				
Aumento de capital	1.1.1 (a)	71.000	-	71.000
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>71.000</b>	<b>-</b>	<b>71.000</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>478.047</b>	<b>(282.348)</b>	<b>195.699</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## 1 Considerações gerais

A Ventos de São Tomé Holding S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, foi constituída em 18 de dezembro de 2015. A Companhia tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "São Tomé".

A Companhia atualmente é controlada diretamente pela Auren Participações S.A. e em última instância pela Auren Energia, bem como é controladora integral da Santa Brígida I, Santa Brígida II, Santa Brígida III, Santa Brígida IV, Santa Brígida V, Santa Brígida VI e Santa Brígida Santa Brígida VII.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado de São Paulo, as quais compõem o complexo eólico Caetés, com capacidade instalada total de 181,9 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Brígida I	81/2014	13,6	57.816	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Brígida II	79/2014	27,2	128.772	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Brígida III	69/2014	28,9	126.144	24/02/2014	24/02/2049
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Brígida IV	86/2014	27,2	122.640	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Brígida V	63/2014	28,9	131.400	20/02/2014	20/02/2049
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Brígida VI	68/2014	28,9	132.276	24/02/2014	24/02/2049
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Brígida VII	125/2014	27,2	130.524	26/03/2014	26/03/2049

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### 1.1.1 Principais eventos societários

##### (a) Aumento de capital social

Em 08 de outubro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 21.000, passando o capital social de R\$ 407.047 (dividido em 407.047.006 ações ordinárias) para R\$ 428.047 (dividido em 451.380.340 ações ordinárias).

Em 22 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 50.000, passando o capital social de R\$ 428.047 (dividido em 451.380.340 ações ordinárias) para R\$ 478.047 (dividido em 623.794.134 ações ordinárias).

## (b) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Controladas	2024	Aumento	2025
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	34.341	5.000	39.341
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	60.597	2.000	62.597
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	51.610	500	52.110
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	102.967	18.050	121.017
	<b>249.515</b>	<b>25.550</b>	<b>275.065</b>

### 1.1.2 Principais eventos operacionais

#### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das

disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações consolidadas financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

### **2.2 Base de apresentação**

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

## 2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

### (a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### (b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Caetés - PE	Geração eólica
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Caetés - PE	Geração eólica
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Paranatama - PE	Geração eólica
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Paranatama - PE	Geração eólica
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Paranatama - PE	Geração eólica
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Paranatama - PE	Geração eólica
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Paranatama - PE	Geração eólica

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

### (b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

## Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

## 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Investimentos
14	Imobilizado
16	Provisão de ressarcimento
18	Obrigações de desmobilização de ativos

## 5 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

## Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

**Leilões de Energia:** representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Energia de Reserva ("LER").

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
<b>Receita bruta</b>			
<b>Venda de energia</b>			
Leilão de Energia de Reserva (LER)		182.624	175.694
Provisão de ressarcimento	16 (c)	(60.957)	(42.828)
Energia de curto prazo – CCEE		38	82
		<u>121.705</u>	<u>132.948</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(4.448)	(5.444)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(978)	(844)
		<u>(5.426)</u>	<u>(6.288)</u>
<b>Receita líquida</b>		<u>116.279</u>	<u>126.660</u>

## 6 Custos e despesas

						Consolidado	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total	
Energia comprada	(127)	-	-	-	(127)	(23)	
Encargos de uso da rede elétrica	(8.885)	-	-	-	(8.885)	(8.821)	
Depreciação e amortização	-	(37.430)	-	-	(37.430)	(32.760)	
<b>Pessoal</b>	-	(200)	-	-	(200)	-	
Pessoal	-	(200)	-	-	(200)	-	
<b>Materiais</b>	-	(307)	-	-	(307)	(1.641)	
Materiais	-	(307)	-	-	(307)	(1.641)	
<b>Serviços</b>	-	(32.473)	(581)	-	(33.054)	(20.388)	
Serviços de operação e manutenção	-	(15.975)	-	-	(15.975)	(16.740)	
Serviços de terceiros	-	(7.905)	(565)	-	(8.470)	(3.648)	
Serviços de manutenção e conservação	-	(8.593)	(16)	-	(8.609)	-	
<b>Outros</b>	-	(5.696)	(491)	-	(6.187)	(5.884)	
Aluguéis e arrendamentos	-	(3.166)	-	-	(3.166)	(596)	
Seguros	-	(2.368)	-	-	(2.368)	(4.824)	
Impostos, taxas e contribuições	-	(9)	(325)	-	(334)	(199)	
Outros custos e despesas líquidas	-	(153)	(166)	-	(319)	(265)	
<b>Demais (despesas) receitas</b>	-	-	-	39	39	(3.672)	
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(2.275)	(2.275)	(905)	
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	2.314	2.314	(2.767)	

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Notas explicativas da administração às**  
**demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>(9.012)</b>	<b>(76.106)</b>	<b>(1.072)</b>	<b>39</b>	<b>(86.151)</b>	<b>(73.189)</b>
--	----------------	-----------------	----------------	-----------	-----------------	-----------------

## 7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		18.432	15.111	14.173	12.309
Atualização de créditos tributários		515	-	515	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(699)	(591)	(693)	(591)
Outras receitas financeiras		254	4.870	216	404
		<b>18.502</b>	<b>19.390</b>	<b>14.211</b>	<b>12.122</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Juros sobre financiamentos	15(c)	(37.502)	(41.418)	(37.502)	(41.418)
Atualização monetária sobre financiamentos	15(c)	(13.439)	(8.113)	(13.439)	(8.113)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	16(c)	(3.182)	(3.289)	-	-
Apropriação dos custos de captações	15(c)	(3.421)	(3.343)	(3.421)	(3.343)
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações com desmobilização de ativos	18 (a)	(1.552)	(1.410)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(2.144)	-	-
Outras despesas financeiras		(2.293)	(582)	(1.569)	530
		<b>(61.389)</b>	<b>(60.299)</b>	<b>(55.931)</b>	<b>(52.344)</b>
		<b>(42.887)</b>	<b>(40.909)</b>	<b>(41.720)</b>	<b>(40.222)</b>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,78% do CDI (98,37% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Caixa</b>				
Caixa e bancos	1.220	5.285	153	306
	<b>1.220</b>	<b>5.285</b>	<b>153</b>	<b>306</b>
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Quotas de fundos de investimentos (i)	38.624	-	17.961	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	17.448	30.247	200	5.477
	<b>56.072</b>	<b>30.247</b>	<b>18.161</b>	<b>5.477</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>57.292</b>	<b>35.532</b>	<b>18.314</b>	<b>5.783</b>

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

## 9 Aplicações financeiras

### Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 98,78% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Aplicações financeiras</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	6.631	-	2.338	-
	<b>6.631</b>	<b>-</b>	<b>2.338</b>	<b>-</b>

## 10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 98,55% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fundo de liquidez - Conta reserva</b>				
Circulante	42.700	-	42.700	-
Não circulante	86.891	105.732	86.891	105.732
	<b>129.591</b>	<b>105.732</b>	<b>129.591</b>	<b>105.732</b>

As dívidas da Companhia exigem manutenção do fundo de liquidez em conta reserva, sendo essas, 25% (vinte e cinco por cento) do custo de manutenção anual, 3 (três) vezes a parcela anual do Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), 1 (uma) vez o valor da parcela vincenda das Debêntures. Além de eventuais saldos na Conta de Recursos Extraordinários.

## 11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	193.514	141.264	150.243	111.515
	<b>193.514</b>	<b>141.264</b>	<b>150.243</b>	<b>111.515</b>

Os ratings foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 12 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

### (a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Leilão de Energia Reserva (LER)	15.763	15.027
Partes relacionadas (Nota 19)	33	-
	<b>15.796</b>	<b>15.027</b>

### (b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	15.735	15.027
Vencidos de 3 a 6 meses	61	-
	<b>15.796</b>	<b>15.027</b>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

## 13 Investimentos

### Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Notas explicativas da administração às**  
**demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Composição**

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2025	2024	2025	2024
<b>Custo (i)</b>								
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	36.286	363	100,00	100,00	230	2.256	37.687	32.459
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	64.447	2.040	100,00	100,00	1.556	8.253	67.112	64.035
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	56.387	5.636	100,00	100,00	5.246	6.653	58.620	54.712
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	60.591	7.288	100,00	100,00	6.810	8.141	62.956	57.877
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	70.621	5.430	100,00	100,00	4.930	8.513	73.660	70.020
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	68.148	5.714	100,00	100,00	5.255	7.824	70.991	66.595
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	103.950	(245)	100,00	100,00	(563)	5.416	106.896	89.409
					<b>23.464</b>	<b>47.056</b>	<b>477.922</b>	<b>435.107</b>

(i) Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações financeiras individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Dessa forma, os saldos de investimentos apresentam a participação no patrimônio das controladas e os juros capitalizados, no montante de R\$ 17.492 e o resultado de equivalência patrimonial apresenta a participação no resultado do exercício das controladas e a amortização dos juros capitalizados, no montante de R\$ (2.762).

**(b) Movimentação**

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	435.107	362.614
Equivalência patrimonial	23.464	47.056
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.199)	(7.098)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (b))	25.550	32.535
Saldo no final do exercício	<u>477.922</u>	<u>435.107</u>

**14 Imobilizado**

**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide Nota 18 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

**Impairment do imobilizado**

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Notas explicativas da administração às**  
**demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

**(a) Composição e movimentação**

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024	
Saldo no início do exercício								
Custo	735.921	141.310	69	813	56.374	934.487	898.490	
Depreciação acumulada	(321.698)	(58.341)	5	(145)	-	(380.179)	(348.626)	
Saldo líquido no início do exercício	414.223	82.969	74	668	56.374	554.308	549.864	
Adições (i) (ii)	-	-	-	-	43.612	43.612	37.620	
Baixas	(1.773)	-	-	-	-	(1.773)	-	
Depreciação	(33.243)	(3.700)	(7)	(116)	-	(37.066)	(31.553)	
Remensurações (Nota 18 (a)) (iii)	2.420	-	-	-	-	2.420	-	
Transferências (iv)	76.611	292	-	-	(80.093)	(3.190)	(1.623)	
Saldo no final do exercício	458.238	79.561	67	552	19.893	558.311	554.308	
Custo	813.179	141.602	69	813	19.893	975.556	934.487	
Depreciação acumulada	(354.941)	(62.041)	(2)	(261)	-	(417.245)	(380.179)	
Saldo líquido no final do exercício	458.238	79.561	67	552	19.893	558.311	554.308	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	6,00	14,00				

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 40.297. A diferença no montante de R\$ 3.456 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 2.420 (Nota 18), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Máquinas e equipamentos”.
- (iv) O montante de (R\$ 3.190) corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à *softwares*.

## 15 Financiamentos e debêntures

### Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

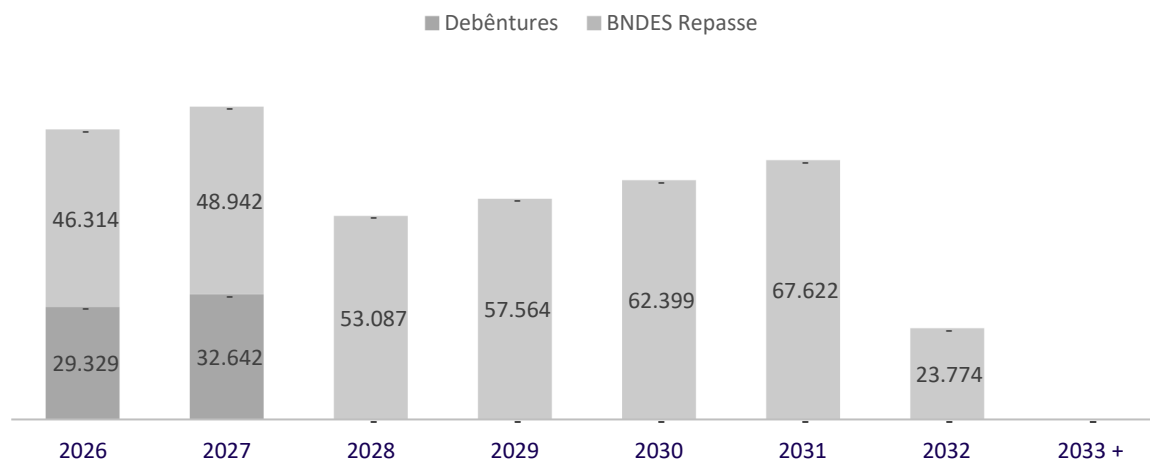
### (a) Composição

Consolidado e controladora											
2025											
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo	
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
Debêntures	IPCA+8,86%	29.687	(591)	234	29.330	33.232	(591)	-	32.641	61.971	62.143
BNDES	TJLP+2,01%	47.932	(2.828)	1.210	46.314	328.469	(15.081)	-	313.388	359.702	312.080
		<b>77.619</b>	<b>(3.419)</b>	<b>1.444</b>	<b>75.644</b>	<b>361.701</b>	<b>(15.672)</b>	<b>-</b>	<b>346.029</b>	<b>421.673</b>	<b>374.223</b>

Consolidado e controladora											
2024											
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo	
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
Debêntures	IPCA+8,86%	26.074	(591)	291	25.774	60.287	(1.181)	-	59.106	84.880	83.821
BNDES	TJLP+2,01%	43.277	(2.755)	1.319	41.841	367.056	(17.983)	-	349.073	390.914	390.916
		<b>69.351</b>	<b>(3.346)</b>	<b>1.610</b>	<b>67.615</b>	<b>427.343</b>	<b>(19.164)</b>	<b>-</b>	<b>408.179</b>	<b>475.794</b>	<b>474.737</b>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional  
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**(b) Perfil de vencimento - consolidado**



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

**(c) Movimentação**

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	475.794	518.688
Provisões de juros (Nota 7)	37.502	41.418
Atualização monetária	13.439	8.113
Adição dos custos de captações	-	(319)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	3.421	3.343
Juros pagos	(39.346)	(42.681)
Liquidações	(69.137)	(52.768)
Saldo no final do exercício	<b>421.673</b>	<b>475.794</b>

**(d) Garantias**

Modalidade	Garantias
Debêntures	Fiança Bancária
BNDES	Conta Reserva; Fiança bancária; Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.

**(e) Condições restritivas**

Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

**16 Provisões de ressarcimento**

**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como

ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) **Ressarcimento anual**

**Contratos de Leilão de Energia Reserva (LER):** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(b) **Ressarcimento quadrienal**

**Contratos de Leilão de Energia Reserva (LER):** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(c) **Composição e movimentação**

	Consolidado			
	Anual	Quadrienal	2025 Total	2024 Total
Saldo no início do exercício	68.389	22.987	91.376	96.391
Provisão (reversão) (Nota 5)	47.334	13.623	60.957	42.828
Pagamentos (i)	(104)	-	(104)	(51.137)
Atualização monetária (Nota 7)	444	2.738	3.182	3.294
Saldo no final do exercício	<b>116.063</b>	<b>39.348</b>	<b>155.411</b>	<b>91.376</b>
Circulante	71.884	18.433	90.317	77.226
Não Circulante	44.179	20.915	65.094	14.150
	<b>116.063</b>	<b>39.348</b>	<b>155.411</b>	<b>91.376</b>

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE divulgou o Comunicado 372/2025 estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos associados ao *constrained-off* para usinas eólicas, referente ao período “definitivo”, que ocorrerão de julho de 2025 a dezembro de 2026. Desta forma, a Companhia reclassificou os montantes vincendos acima de 12 meses para o passivo não circulante.

Em 25 de Novembro de 2025, foi publicada a Lei 15.269/2025, originada da Medida Provisória nº 1.304/2025, instituindo um “acordo” para os ressarcimentos por *constrained-off* exigidos por usinas eólicas e solares no período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Conforme previsto na lei, esse acordo será formalizado por meio de um Termo de Compromisso firmado entre o Poder Concedente e os agentes de geração afetados, sendo que os ressarcimentos serão custeados por montantes financeiros devidos por geradores com desvios negativos de geração nos Contratos de Energia de Reserva (CER) e nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). A minuta do Termo passou por Consulta Pública aberta pelo MME ainda em 2025.

O cronograma publicado no CO 372/25 foi posteriormente revisado pelo CO 937/2025, em 15 de dezembro de 2025. No entanto, em 30 de dezembro de 2025, diante da iminente abertura da Consulta Pública do MME relativa ao Termo de Compromisso, a CCEE publicou o CO 971/25 suspendendo esses ressarcimentos até a publicação de nova regulamentação.

A Consulta Pública MME nº 210/2025, voltada à discussão do referido Termo de Compromisso, foi aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026. Até o momento, não houve desfecho por parte do MME, de modo que os ressarcimentos previstos no CO 971/25 permanecem suspensos, aguardando a definição regulatória.

No contexto desta Consulta Pública e da complexidade da matéria, mesmo diante do comunicado de suspensão da CCEE, o MME encaminhou carta à ANEEL solicitando avaliação sobre a suspensão supracitada. Diante disso, foi instaurado processo cautelar, aprovado e formalizado por meio do despacho nº 148/2026, publicado pela ANEEL em 26 de janeiro de 2026.

Apesar de a suspensão ter sido estabelecida por período limitado, há percepção de que esse prazo poderá ser prorrogado até a definição das condições decorrentes da Consulta Pública do MME, de modo que os recursos possam ser direcionados à cobertura dos custos de compensação dos geradores.

## 17 Provisão para litígios

### Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis**

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 58 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

**(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza tributárias com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 2.442 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem processos de natureza tributária e cível com prognóstico de perda possível, nos montantes atualizados de R\$ 9.994 (R\$ 1.246 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 4.273 (R\$ 339 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente.

**18 Obrigações com desmobilização de ativos**

**Política contábil**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

**(a) Composição e movimentação**

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	70.819	(58.033)	12.786	11.376
Remensuração (Nota 14 (a)) (i)	13.783	(11.363)	2.420	-
Atualização monetária (Nota 7)	1.130	-	1.130	1.410
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	422	422	-
Saldo no final do exercício	<b>85.732</b>	<b>(68.974)</b>	<b>16.758</b>	<b>12.786</b>
Não circulante	85.732	(68.974)	16.758	12.786
	<b>85.732</b>	<b>(68.974)</b>	<b>16.758</b>	<b>12.786</b>

**(i)** Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

## 19 Partes relacionadas

### Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
<b>Contas a receber de clientes (Nota 12 (a))</b>				
Auren Participações S.A.	33	-	-	-
	<b>33</b>	-	-	-
<b>Fornecedores - compras</b>				
Auren Participações S.A.	-	-	61	590
	-	-	<b>61</b>	<b>590</b>
	<b>33</b>	-	<b>61</b>	<b>590</b>
	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
<b>Títulos a Receber - cessão de recebíveis (i)</b>				
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	312	4.529	-	-
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	-	3.710	-	-
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	-	10.045	-	-
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	575	8.525	-	-
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	-	4.100	-	-
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	546	10.386	-	-
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	-	2.222	-	-
	<b>1.433</b>	<b>43.517</b>	-	-
<b>Outras obrigações (i)</b>				
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	-	-	1.482	-
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	-	-	9.079	-
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	-	-	3.149	-
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	-	-	6.213	-
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	-	-	12.334	-
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	-	-	5.162	-
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	-	-	12.840	-
	-	-	<b>50.259</b>	-
<b>Dividendos a receber</b>				
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	56	56	-	-
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	2.505	2.020	-	-
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	3.011	1.673	-	-
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	5.856	4.125	-	-
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	6.371	5.081	-	-
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	6.147	4.791	-	-
	<b>23.946</b>	<b>17.746</b>	-	-
	<b>25.379</b>	<b>61.263</b>	-	-

(i) Refere-se ao mecanismo contratual efetuado entre as controladas e a Companhia, para fornecer fluxo de caixa destinado à amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela Companhia. O instrumento firmado entre as partes estabelece que sua vigência permanecerá até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas controladas perante a Companhia.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### (a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e base negativa, no montante de 342.081 e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.531)	6.187
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	6.301	(2.104)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	7.978	15.999
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(14.239)	(14.972)
Outras adições permanentes, líquidas	(40)	1.077
IRPJ e CSLL apurados	-	-
Correntes	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Consolidado			
	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais) (i)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	122.016	122.016	4.568	4.568
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>9.761</b>	<b>14.642</b>	<b>4.568</b>	<b>4.568</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	(407)	(218)	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(2.680)</b>	<b>(1.537)</b>	<b>(1.144)</b>	<b>(411)</b>

	Consolidado			
	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	173.536	173.536	91	91
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>13.883</b>	<b>20.824</b>	<b>91</b>	<b>91</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	(770)	137	-	-
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>(4.072)</b>	<b>(1.448)</b>	<b>(1.182)</b>	<b>(426)</b>
Diferido	488	265	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(3.584)</b>	<b>(1.183)</b>	<b>(1.182)</b>	<b>(426)</b>

## 21 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 478.047 (R\$ 407.047 em 31 de dezembro de 2024), composto por 623.794.134 (407.047.006 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal.

### (b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

### (c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu prejuízo de R\$ 18.531, o qual foi integralmente destinado à rubrica de "Lucros (Prejuízos) acumulados".

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de risco

### 22.1 Instrumentos financeiros por categoria

#### (a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

**(i) Custo amortizado**

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

**(ii) Valor justo por meio do resultado**

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

**(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		15.796	15.027	-	-
Partes relacionadas		-	-	1.432	43.517
		<u>15.796</u>	<u>15.027</u>	<u>1.432</u>	<u>43.517</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	56.072	30.247	18.161	5.477
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	6.631	-	2.338	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)	1	129.591	105.732	129.591	105.732
		<u>192.294</u>	<u>135.979</u>	<u>150.090</u>	<u>111.209</u>
		<u><b>208.090</b></u>	<u><b>151.006</b></u>	<u><b>151.522</b></u>	<u><b>154.726</b></u>
<b>Passivos</b>					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (ii) (Nota 15)	2	421.673	475.794	421.673	475.794
Fornecedores		13.304	14.331	54	4
Provisão de Ressarcimento (Nota 16)		155.411	91.376	-	-
Partes relacionadas (Nota 19)		-	-	50.259	-
		<u>590.388</u>	<u>581.501</u>	<u>471.986</u>	<u>475.798</u>

**(i)** O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

**(ii)** O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a)

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

## 22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

### (a) Risco de crédito

#### (i) Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui processos focados na mitigação de risco, que incluem: (i) Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e (ii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, *rating* e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

#### (ii) Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
**Notas explicativas da administração às**  
**demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Financiamentos (i)	106.490	107.449	217.548	96.688	528.175
Fornecedores	13.304	-	-	-	13.304
	<b>119.794</b>	<b>107.449</b>	<b>217.548</b>	<b>96.688</b>	<b>541.479</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Financiamentos (i)	108.933	230.686	239.707	110.948	690.274
Fornecedores	14.331	-	-	-	14.331
	<b>123.264</b>	<b>230.686</b>	<b>239.707</b>	<b>110.948</b>	<b>704.605</b>

	Controladora				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Financiamentos (i)	106.490	107.449	217.548	96.688	528.175
Fornecedores	54	-	-	-	54
Partes relacionadas	-	50.259	-	-	50.259
	<b>106.544</b>	<b>157.708</b>	<b>217.548</b>	<b>96.688</b>	<b>578.488</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Financiamentos (i)	108.933	230.686	239.707	110.948	690.274
Fornecedores	4	-	-	-	4
	<b>108.937</b>	<b>230.686</b>	<b>239.707</b>	<b>110.948</b>	<b>690.278</b>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**(c) Risco regulatório**

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

**(d) Risco socioambiental**

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**(e) Risco de não performance dos parques eólicos**

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

**(a) Risco em renováveis não-hídricas**

**(i) Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

**(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas**

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

**(f) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

## 22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

			Consolidado					
			Cenário I			Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Impactos no resultado								
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	192.294	-72,92bps*	(1.402)	(7.163)	(14.325)	7.163	14.325
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	63.153	6bps*	(39)	673	1.345	(673)	(1.345)
TJPL 9,07%	Financiamentos e debêntures (i)	377.611	11bps*	(415)	8.562	17.125	(8.562)	(17.125)

			Controladora					
			Cenário I			Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Impactos no resultado								
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	150.090	-72,92bps*	(1.094)	(5.591)	(11.182)	5.591	11.182
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	63.153	6bps*	(39)	673	1.345	(673)	(1.345)
TJPL 9,07%	Financiamentos e debêntures (i)	377.611	11bps*	(415)	8.562	17.125	(8.562)	(17.125)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

\*bps – basis points